

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DA ORALIDADE: CONCEPÇÃO E PRÁTICA

Geisa Carla Gonçalves Ferreira
Estudante de Pedagogia Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Email: geisacarla2420@gmail.com
Vanessa Sátiro dos Santos
Estudante de Pedagogia Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Email: vanessasatiro82@gmail.com

RESUMO

O propósito deste artigo é fazer uma reflexão sobre a oralidade a partir da análise de uma sequência de atividades voltadas para o ensino da oralidade na sala de aula, lançando luzes quanto às possibilidades pedagógicas de sua inserção no contexto escolarizado de educação. O interesse surgiu a partir dos estudos desenvolvidos na disciplina obrigatória de Saberes e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa II, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, no segundo semestre de 2012. Metodologicamente estudamos essa questão através da pesquisa bibliográfica e documental. Concluimos que o trabalho pedagógico necessita de uma abordagem especial para a questão da oralidade nas escolas brasileiras, para que possa efetivamente ser inserida na prática pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade. Livro Didático. Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Discutimos sobre oralidade neste estudo, porque através de nossas leituras e da vivência em sala de aula sentimos a necessidade de empreender diálogos sob uma perspectiva praxista para a oralidade no contexto educativo. Essa necessidade nasce uma vez que historicamente é alarmante a quase ausência de abordagens sistemáticas e rotineiras em aulas de Língua Portuguesa com foco na língua falada. Conforme Marcuschi (2002), o aspecto macro do ensino brasileiro tem sido voltado muito mais para as práticas do processo de aprendizagem da leitura e escrita do que para a oralidade.

Nesse sentido, este trabalho, pretende contribuir para a maior reflexão sobre a utilização de estratégias provenientes dos Livros Didáticos de Português, (a partir de agora LDP), para o lócus sala de aula. A importância do estudo de oralidade na língua portuguesa para os anos iniciais é por nos entendida como condição *sine quo non* para o desenvolvimento de todo o processo de aprendizagem dos educandos. Para Marcuschi (2002, p. 22), se faz extremamente necessário romper com a concepção de oralidade arraigada apenas como instrumento de comunicação social, pois as realizações da oralidade, tal qual a escrita, a

dependem do contexto histórico de origem, são carregadas de subjetividade, de intencionalidade, logo não podem ser desprezadas e deixadas à margem do processo de construção de conhecimento dos educandos.

Nós, futuros professores da educação básica, sobretudo dos anos iniciais do ensino fundamental, carecemos do entendimento da relevância do trabalho com a oralidade no espaço escolar. Isso se acentua porque somos praticamente intimidados, por diversas condições sejam elas políticas, de formação, e até mesmo de preparo e domínio de conteúdos para utilizar o Livro Didático na sala de aula, como principal recurso didático, o que muitas vezes corrobora, como aponta Marcuschi (2002), para que a oralidade, seja abordada nos LDP, quase sempre em termos comparativos ao padrão culto atribuído à escrita.

Os alagoanos, filhos de um Estado que lidera a maior parte dos indicadores nacionais de qualidade da educação, num viés negativo. Essa situação é comprovada pela avaliação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizada pelo Inep/MEC, a qual abrange estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados em área rural e urbana, matriculados na 4ª e 8ª séries (ou 5º e 9º anos) do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio, onde são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática. E na Prova Brasil de Língua Portuguesa que é também uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvida pelo (INEP/MEC), onde o objetivo é avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos³.

Para fundamentarmos a nossa reflexão sobre o lugar da oralidade nos LDP, utilizados nos anos iniciais, buscamos apoio em diversos teóricos, dentre estes, Marcuschi (2002) Cavalcante&Freitas (2008), Ferreira (2008), além de analisarmos as matrizes que orientam a elaboração da Prova Brasil. Para tanto, tomamos por base, o livro didático “Projeto Prosa, utilizado no 3º ano do Ensino Fundamental. Metodologicamente nos guiamos através da realização de um trabalho de pesquisa de cunho documental e bibliográfico, realizado na disciplina de Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa 2¹, ministrada no Centro de Educação – CEDU, no curso de Pedagogia Licenciatura na UFAL.

Numa primeira etapa, exploramos o livro, com intuito de identificar a presença de atividades que envolvessem oralidade. Em seguida, selecionamos e escaneamos alguns fragmentos das atividades para descrevermos, versando sobre nossos estudos através das análises.

¹Disciplina obrigatória, referente ao 6º Período da graduação.

ORALIDADE NA SALA DE AULA: AS IMPLICAÇÕES NOS TRABALHOS RELATIVOS AO PRECONCEITO E À DISCRIMINAÇÃO LINGUÍSTICA.

Os estudos e a aplicabilidade do trabalho pedagógico norteado pela oralidade, que compreende a variação linguística de maneira mais pontual na Educação Básica, pode contribuir para um maior reconhecimento dos sujeitos em suas relações sociais. Nesse sentido, faz-se importante que haja o entendimento de que a língua, enquanto um componente plural que agrega resquícios de diversas culturas, não deve receber conotação carregada de homogeneidade e nem de preconceitos.

A diversidade linguística, como aponta Lopes (2000), está relacionada às classes sociais, aos espaços físicos, nos quais e nos quais os falantes fazem parte e circulam, bem como ao grupo profissional a que pertence, ao seu sexo, à modalidade de linguagem que utiliza para se comunicar e à situação da interação a que está exposto e que estas variações podem ser observadas em uma mesma comunidade.

Através destes e de outros fatores compreendemos que o trabalho educativo que respalde pedagogicamente a variação linguística contribui para diversos fatores, porém para um em especial, pois além do reconhecimento de que a língua por toda a sua constituição não pode ser dimensionada numa cadeia de singularidade, o entendimento que os traços peculiares de cada código de linguagem possui aspectos ímpares que corroboram para a construção da identidade dos sujeitos, ao passo que os educandos estreitam as relações entre os códigos de linguagem que via de regra é vistos pela ótica da norma culta e da norma coloquial, o fortalecimento com as relações de aprendizagem aumentam consideravelmente rumando para que não ocorra uma espécie de distinção entre o falado e o escrito.

A variação linguística não faz parte apenas dos contextos educativos escolares, ela permeia todas as esferas da sociedade, porém o que ocorre nos contextos educativos com marcas da variação linguística é a construção de um cenário que funciona como uma esponja, por englobar tudo o que está o ambiente, mais que se comporta como um ambiente padronizador que não oferece espaço para a inovação, isto porque as experiências linguísticas que os alunos trazem para a escola não são consideradas, em muitos casos nem ao menos são ouvidas. Essa situação, por certo, contribui para que os próprios sujeitos não se reconheçam economicamente, culturalmente e socialmente. Na sala de aula, esses aspectos prejudicam de forma acentuada a interação em sala de aula e ainda mais a relação dos educandos com a

língua na forma culta. De certa maneira é como se houvesse um impacto cultural presente nas salas de aula através da presença variação linguística que cada educando traz a partir da realidade que vive. A cada momento de interlocução, mediado pelo professor em sala em aula pode ocorrer um rico contato dos educandos com a língua, o qual poderia ser melhor explorado para um maior domínio de uso dos recursos da oralidade e da própria constituição do sujeito falante.

Concordamos com Antunes (2009), quando diz que a língua possui relação direta com nossa história, por estar dentro de nossa memória coletiva, por esse motivo não há porque não compartilhar nossas peculiaridades linguísticas principalmente no contexto educativo, que deveria este ser o local de maior manifestação oral dos educandos, afinal é lócus privilegiado de construção de conhecimento.

Antunes (2007, p. 104) também diz que “a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte com usos diversificados da própria língua”. Por isso, compreendemos que as manifestações linguísticas no contexto escolar não podem estar atreladas a “impactos”, nem devem estar relacionadas a erro ou coisa parecida. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa sinalizam que:

Os objetivos de Língua Portuguesa salientam a necessidade de os cidadãos desenvolverem a necessidade de compreender textos orais e escritos, de assumir a palavra e produzir textos, em situações de participação social. Ao propor que se ensine aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem verbal (oral e escrita), busca-se o desenvolvimento da capacidade de atuação construtiva e transformadora (2001, p. 35).

É por meio dessas medidas aplicadas ao ensino brasileiro que poderemos avançar no sentido de construir e praticar novas maneiras para a aquisição do conhecimento científico dos educandos.

IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O LIVRO DIDÁTICO E SUA APLICABILIDADE.

Tendo como objeto de pesquisa o LD, nos propomos a problematizar o estudo da língua por meio da oralidade como forma de trabalhar aspectos relativos à discriminação linguística, sendo importante destacar que a oralidade não está limitada apenas ao estudo da fala cotidiana, mas abrange diversos gêneros que podem ser trabalhados dentro e fora da escola: debates, diálogos, entrevistas e outros, partindo do pressuposto de que é pela relação dialógica dos processamentos da fala que a pessoa se constitui como ser social. Porém, é necessário destacar a importância de não dicotomizar a relação entre língua falada e língua escrita, nem de privilegiar uma ou outra. Com isto cabe à escola socializar as diversas situações comunicativas. Sobre abordagem dada à oralidade nos livros didáticos, Magalhães (2007) destaca que

Muitas coleções sugerem atividades para responder oralmente questões propostas, contar um caso para a classe, fazer leitura em voz alta, debater sobre um tema polêmico, o que Marcuschi definiu como atividades de oralização da escrita, ou atividades que partem ou culminam com textos escritos. Contudo, a crítica dos autores diz respeito ao conhecimento sobre a linguagem oral que pode estar em construção em situações como essas. Ou seja: situações mediatizadas pela linguagem oral não são suficientes para que se possa pensar em um trabalho de produção e compreensão de textos orais. Outra observação é que os livros abordam geralmente relações entre modalidade oral e escrita, relacionando as variantes e os registros mais distensos à oralidade, enquanto a norma culta padrão e o registro tenso à escrita, fato que proporciona uma maior valorização desta. Esquecem-se de que a oralidade mais formal (mais cuidada, padrão) tem também de ser desenvolvida em ambiente escolar.

O LD que analisamos para este estudo é tem como título Projeto Prosa do 3º Ano do Ensino Fundamental, de Angélica Prado que é Licenciada em Letras pelas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, e possui Pós-graduação *lato sensu* pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, e de Cristina Hulle que é bacharel e licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e licenciada em Pedagogia pela PUC-SP. O LD está dividido em 8 unidades, estas por sua vez, estão subdivididas em duas seções cada, tendo atividade diversificada, no entanto é notável a ênfase dada aos aspectos da língua escrita. Na seção “Conversa vai, conversa vem...”, comum a todas as unidades, é onde é abordada a oralidade. Na unidade 2 e na unidade 8, percebemos atividades como forma de articular a fala e suas variações, já nas outras atividades, da mesma seção, verificamos o uso da linguagem falada como meio de interação entre os alunos por meio de debates e discussões.

Atividade da Unidade 2:

Descrição da proposta de atividade no LDP:

1. Imagine que você está conversando com as pessoas representadas na ilustração.

Que tipo de linguagem seria mais adequado para cada situação? Converse com seus colegas e o professor.

2. O professor pedirá a um aluno que conte uma história para o restante da classe.

- *Preste atenção às palavras do colega que são características da oralidade, como “né”, “tá” e “daí”.*
- *Anote essas palavras.*

3. Leia o diálogo. Depois, escreva-o sem as marcas da oralidade.

-Então, né, eu saí correndo e aí acabei caindo.

-Daí o que aconteceu?

-Aí eu levantei e comecei a chorar, né!

-Puxa, você se machucou?

-Ué, você não tá vendo o galo na minha testa?

(PRADO; HULLE, 2008. p.58)

Atividade de interação por meio de discussão e debates, Unidade 6:

1. Reúna-se com três colegas. Elaborem algumas ideias para convencer os demais alunos a participar de uma campanha para a melhoria do espaço escolar.

a) Cada grupo deve escolher uns aspectos da escola a ser melhorado, mantido ou criado. Por exemplo: limpeza da sala de aula, decoração da sala, separação do lixo escolar para reciclagem, manutenção dos jardins, plantio de flores e criação de horta.

b) Discuta a importância da campanha, a necessidade da participação e colaboração de todos, os benefícios da campanha e o que mais vocês caírem necessário.

c) *Apresentem a campanha para o restante da classe. Usem argumentos para tentar convencer os colegas a fazer parte dela.*

(IBDEM, 2008. p.177).

Observando essas propostas de atividades, o que se constata é que o livro didático acaba por assumir, dentro do modelo educacional já “estabelecido”, um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, sendo ele, na maioria das vezes, o instrumento essencial da prática educativa.

Ao passo em que ocorre o processo cultural de cruzamento de informações nos contextos escolares e não-escolares, ocorre também um movimento que aos educandos do primeiro ciclo do ensino fundamental se transformam numa espécie de complicador, há cisão linguística proveniente da realidade de muitos alunos em relação ao contexto educativo. Envolvidos numa atmosfera social que prima pela interlocução das diversas línguas e imersos num sistema educativo ainda excludente e não sincrético, os aprendizes do ensino fundamental tem lidado cotidianamente com duas maneiras de se comunicar: a norma coloquial, muitas vezes vista como “errônea” e por este sentido que não merece valor, e a norma culta “almejada” como patamar a ser conquistado pelo educando durante o processo de ensino, aprendizagem.

Dentro deste quadro, nos propomos a fortalecer as afirmações já postas sobre a inserção da oralidade nos livros didáticos, visto que a oralidade é um meio de comunicação bastante utilizado. Sendo importante compreender que é um processo que deve ser compreendido pelos educandos de forma ampla, que vai além de “simples conversas”, é relacionar ao cotidiano real, no intuito de atribuir sentido e adequação às diversas situações que a linguagem exigirá.

O livro que selecionamos para esta reflexão articula atividades de oralidade de forma sistematizada. Com isto achamos necessário destacar que, como coloca Dionísio e Bezerra (2003, p.31. GRIFOS DO AUTOR).

Não é difícil tratar a oralidade por um caminho bastante simples, ou seja, compreendendo-a. Para tanto, pode-se simplesmente mostrar em que consiste a oralidade analisando as produções de fala de cada aluno [...] tudo se resume a este objetivo: *ensinar os alunos a perceberem a riqueza que envolve o uso efetivo da língua como um patrimônio maior do qual não podemos abrir mão* [...] um dos desafios centrais para os LDP no século XXI será como lidar com a variação linguística. Já sabemos como lidar com

a regra, mas não temos uma noção muito clara do que seja lidar com a variação intercultural, interpessoal e assim por diante.

Na perspectiva do respeito à diferença, o trabalho com a linguagem oral dá subsídios para a formação de identidades e, sobretudo para a necessidade de uma reflexão sistemática e rotineira sobre as v por meio de debates e interlocuções contextualizadas de acordo com aspectos como a variação de registro e níveis de fala, de gêneros textuais, de estratégias comunicativas, seleção lexical e outras, (IBDEM, p. 32). O que ocorre é que existem diversas nuances na fala, tanto no que diz respeito às escolhas lexicais, aos estilos, aos registros, quanto ao tom, á polidez que utilizamos para defender nossos pontos de vista, que muitas contribuem para instaurar situações de muita violência.

Dessa forma, defendemos que a oralidade tenha um espaço definido e defendido na escola, no entanto que se constata ainda é que escrita continua sendo mais valorizada em detrimento da fala, como se esta também não pudesse por assumir um padrão mais organizado. No entanto, é importante ressaltar que a língua escrita e a falada devem abordadas de forma articulada, sem prejuízos ou prioridade de uma modalidade em detrimento da outra, pois a linguagem, atualmente é multimodal.

Com base na análise realizada em algumas sequências de atividades voltadas para o trabalho com a oralidade, presentes no livro Projeto Prosa, podemos perceber que a oralidade já está sendo abordada de forma mais sistemática e em maior quantidade no LDP analisado. O desafio maior continuar ser como ir além do que o LDP propõe, pois muitos educadores não tiveram uma formação que os habite para trabalhar de forma significativa e científica com a língua falada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES, Irandé. **Língua, Texto e Ensino:** outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE:** Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/ SEF, 2001.

CAVALCANTE, M. A. da S; FREITAS, M. L. de Queiroz. **O ensino da língua portuguesa nos anos iniciais: eventos e práticas de letramento.** Maceió: EdUFAL, 2008.

DIONISIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **O livro didático de português: múltiplos olhares.** Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.

FERREIRA, Ana Márcia Cardoso et. al. **Orientações para o ensino fundamental 2012.** Maceió: Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, 2012.

LOPES, Iveuta de Abreu. Variação lingüística e ensino de língua portuguesa: alguns pressupostos básicos. In: COSTA, Catarina de Sena S. M. (Org.). **Linguística e ensino de Língua Portuguesa: sensibilidade cultural e interação didático-pedagógica.** Teresina: EDUFPI, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e ensino, uma questão pouco ‘falada’.** In: PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>Distrito Federal, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 19 Dez. de 2012.

MAGALHÃES, Tânia Guedes. **As concepções de Oralidade: A Teoria nos PCN e PNLD e a prática nos livros didáticos.** Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT10-3320—Int.pdf>>. Acesso em: 06 de Jan. 2013.

PRADO, Angélica; HULLE, Cristina. **Projeto Prosa: Língua Portuguesa. Ensino Fundamental, 3º ano.** São Paulo: Saraiva. 2008.